

O impacto dos marcadores sociais no acesso à comunicação de risco e TIC pelas mulheres rurais em tempos de pandemia da covid-19

The impact of social markers on access to risk communication and ICT by rural women in times of the covid-19 pandemic

Daniela de Ulysséa Leal

Ivonete da Silva Lopes

Isadora Moreira Ribeiro

Resumo: *O objetivo deste estudo é compreender como os marcadores sociais (gênero, território, raça e geração) influenciaram no acesso à comunicação digital dos riscos da covid-19 por mulheres rurais da Zona da Mata Mineira. Metodologicamente, utiliza-se a análise qualitativa interseccional para examinar os eixos de diversidade em que estão incluídas e dos quais são excluídas essas mulheres, analisando quais interseções e processos são mais significativos no contexto de desigualdades em que se inserem. Com base na abordagem teórica da comunicação de risco e da interseccionalidade, os resultados apontam que sobreposição destes marcadores espelha uma realidade histórica de desigualdade, que compromete o acesso à informação.*

Palavras-chave: *Comunicação de risco; Interseccionalidade; Mulheres rurais; TIC; covid-19.*

Introdução

A delegação das práticas do cuidado, que envolvem tarefas de atenção e cuidado às pessoas, assim como de manutenção dos lares e demais ambientes da vida social, imprescindível para a promoção da saúde e do bem-estar, é tradicionalmente atribuída às mulheres (IPEA, 2016). A prática de cuidado é complexificada no meio rural, onde habitam 30 milhões de brasileiros (IBGE, 2018), pois a combinação de atividades no espaço da casa e do quintal, além das formas de acesso à água e à energia, demandam mais trabalho e uma organização contínua do tempo (SOF, 2020). Ademais, essas mulheres exercem o papel de personagem principal no cuidado e encaminhamento dos problemas de saúde da família, avaliando a necessidade de providenciar o cuidado ao familiar ou não, ou seja, a mulher é um importante “recurso de cura” (OLIVEIRA; MORAES, 2010).

Esse cenário foi tensionado pela pandemia do novo coronavírus, SARS-CoV-2, identificado em 2019 na China, e que chegou ao Brasil em 26 de fevereiro do ano seguinte. O vírus contaminou mais de 37,6 milhões¹ de brasileiros e levou a óbito mais de 700 mil, agravando o conjunto de desigualdades existentes na sociedade e desenhando um quadro que evidenciou a situação de vulnerabilidade na qual muitas populações rurais se encontravam. O cuidado, então, passou a envolver desde as tarefas domésticas (higienização das máscaras, busca de alternativas de renda etc.), além da busca de informações sobre o protocolo de mitigação dos riscos.

Apesar de ter sido um feito histórico desenvolver, aprovar e usar diversos imunizantes em menos de um ano após a detecção dos primeiros casos de covid-19, a vacinação demorou a estar disponível para todos. Dessa forma, devido à não existência de imunizantes, o enfrentamento da pandemia da covid-19 teve como base protocolos de higiene e distanciamento social (OPAS, 2020). Nesse contexto, tornou-se ainda mais relevante a comunicação precisa sobre o risco que envolve a doença e

1 Em 04/06/2023

os modos de prevenção, para que a sociedade se engaje nesse combate (OMS, 2018).

O Ministério da Saúde, principal órgão responsável pela saúde pública brasileira, promoveu campanhas para comunicar o risco da pandemia para a sociedade. Contudo, pesquisas apontam que essas campanhas tiveram ênfase generalista, não tendo sido realizada nenhuma comunicação direcionada para a população rural, indígena, nem comunidades tradicionais (RECUERO; SOARES, 2020; LOPES; LEAL, 2020). Uma produção de comunicação de risco seletiva, que não considerou o dinamismo e a heterogeneidade existentes dentro do meio rural, deixando à margem populações desprivilegiadas, especialmente em meio à pandemia.

Desse modo, como as redes sociais e websites governamentais foram a base da comunicação de risco, limitou-se o acesso dos desconectados, que somam 47 milhões de brasileiros, a informações tão estratégicas em meio a uma crise sanitária (LOPES; LEAL, 2020). Entre esses, 35% são população indígena e 29% negra, além dos muitos idosos que não têm habilidades com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), o que significa que, ao fazer opção principalmente pela comunicação digital, o governo expôs ainda mais os segmentos vulnerabilizados. A desigualdade infocomunicacional se agrava quando perpassada pelo marcador de gênero. As mulheres rurais, que têm historicamente menos acesso à propriedade da terra, ao financiamento ou a insumos, têm sido o grupo menos conectado às TICs na maior parte dos países da América Latina (ROTONDI *et al.*, 2020).

Sendo assim, a pandemia do novo coronavírus não atingiu todas as mulheres da mesma forma, já que, além do gênero, muitas variáveis interferem nas condições que podem promover a saúde, como os diversos marcadores de desigualdade (raça, território, gerações, entre outros) e os produtos de suas interações. Dessa maneira, ratifica-se a interação de desvantagens com vulnerabilidades preexistentes, produzindo dimensões diferentes de exposição ao risco. Para Abrams e Greenhawt

(2020), o risco não pode ser visto como objetivo e independente do contexto social, podendo ser agravado por esse.

Partindo desse contexto, este trabalho visa compreender como os marcadores sociais (gênero, território, raça e geração) influenciaram no acesso à comunicação digital dos riscos da covid-19 por mulheres rurais da Zona da Mata Mineira, entre as quais estão dez residentes do bairro rural Palmital (Viçosa- MG) e dez do assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) Olga Benário (Visconde do Rio Branco-MG). Para esse objetivo, são utilizadas as abordagens teóricas da comunicação de risco e da interseccionalidade, a fim de articular os condicionantes impostos pelos marcadores sociais da diferença ao acesso à informação sobre a covid-19, de modo a visualizar as vulnerabilidades estruturais preexistentes e as reconfigurações nas estratégias de organização social para a busca de soluções coletivas por essas mulheres.

O direito à Comunicação de Risco da covid-19

Em cenários de emergência em saúde, a comunicação tem papel fundamental para mitigar o contágio. Nesse sentido, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) trouxe, no fim dos anos 1960, as pautas sobre diversidade cultural e desigualdade para se repensar os fluxos de informação, reconhecendo a comunicação como uma dimensão central na vida política e social. Dessa forma, a comunicação passou a ser compreendida como um direito amplo, condição básica para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento do ser humano, incluindo o “direito de ouvir e ser ouvido; de informar e ser informado” (STEVANIM; MURTINHO, 2021). Para Araújo e Cardoso (2014), não se pode desvincular a comunicação de um projeto ético de sociedade, no qual os poderes materiais e simbólicos são (ou deveriam ser) distribuídos de forma equânime.

Para Stevanim e Murtinho (2021), a saúde plena de uma população está ligada à sua democracia, assim como ao seu direito à comunicação. Além disso, os autores afirmam que o direito à comunicação está condicionado à democratização da comunicação, a políticas públicas que

promovam a participação social e ao enfrentamento de modelos e práticas neoliberais. Por essas razões, Araújo e Cordeiro (2014) afirmam que o direito à comunicação é desigualmente distribuído, concentrando-se nas camadas sociais mais privilegiadas, de maneira que são negligenciadas as informações relativas às “doenças de pobreza”, que não despertam interesse para pesquisa e produção de fármacos, por atingirem grupos sociais sem expressividade econômica.

Buscando guiar a atuação do Ministério da Saúde (MS) na resposta a essa emergência de saúde pública, foi ativado, no dia 22 de janeiro de 2020, o Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública (COE-COVID-19) do MS, coordenado pela Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), que desenvolveu o Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19). O plano oferecia três níveis de resposta (Alerta, Perigo Iminente e Emergência em Saúde Pública) com base na avaliação do risco do impacto da covid-19 no Brasil (BRASIL, 2020). Contudo, a implementação dos protocolos para o enfrentamento à pandemia indicados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e as evidências científicas encontraram um grande obstáculo para a construção de um consenso social sobre os riscos da covid-19: a postura negacionista do presidente da República Jair Bolsonaro (2019- 2023) (CAPONI, 2020; SODRÉ, 2020; GRAMACHO, TURGEON, 2021).

O Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo coronavírus, proposto pelo MS, orientava, entre outras medidas, em seu tópico Comunicação de Riscos (CR):

[...] Informar as medidas a serem adotadas pelos profissionais de diversas áreas e a população geral; Elaborar junto com a área técnica materiais informativos/educativos sobre o novo coronavírus e distribuí-los para a população, profissionais de saúde, jornalistas e formadores de opinião; Disponibilizar peças publicitárias a serem veiculadas nos diversos meios de comunicação; Monitorar as redes sociais para esclarecer rumores, boatos e informações equivocadas; Manter atualizada a página eletrônica do novo coronavírus; Disponibilizar material informativo/educativo para públicos específicos: gestores, profissionais de saúde, viajantes, escolas,

dentre outros; Estabelecer parcerias com a rede de comunicação pública (TVs, rádios e agências de notícias) para enviar mensagens com informações atualizadas [...] (BRASIL, 2020, p. 20).

A CR promovida pelo governo federal se distanciou muito desse plano. As estratégias para uma Comunicação de Risco, em meio a uma crise sanitária global, devem considerar se a totalidade dos receptores de uma mensagem de risco tem condições de compreender o conteúdo da mensagem, o que inclui as populações em vulnerabilidade. Além disso, precisa convencer os receptores a buscar novas atitudes e comportamentos em relação a determinado risco e construir condições para o desenvolvimento de diálogos a respeito dos riscos e a participação efetiva dos grupos interessados (SORIANO; HOFFMANN, 2015). Os autores destacam também que nem sempre a informação correspondente ao risco alcança o grupo populacional vulnerável. Essas estratégias também precisam considerar que as experiências de riscos atravessam dimensões culturais, sociais e psicológicas, podendo ter naturezas individuais e/ou sociais, de forma que essas interações interferem na percepção pública e nos comportamentos associados a elas (KASPERSON *et al.*, 2016).

A comunicação produzida pelo Ministério da Saúde teve, em grande parte, enfoque institucional e propagandístico. A comunicação veiculada no site do Ministério da Saúde entre março e setembro de 2020, quando a covid-19 crescia no Brasil, apresentou 46,6% das peças com enfoque propagandístico, com o objetivo de divulgar ações do governo, como o atendimento do governo federal às demandas dos estados e regiões brasileiras no atendimento à população vítima da covid-19. As narrativas enfatizavam o papel do cuidado, em especial o do governo federal, responsável pela distribuição de recursos financeiros e equipamentos. Todavia, reportagens na mídia mostravam o atraso de repasse de recursos para criar hospitais de campanha e equipar leitos (LOPES; LEAL, 2020).

Ademais, a comunicação governamental sobre a covid-19 teve ênfase digital no primeiro ano de pandemia. Contudo, a eficiência da comunicação digital envolve muitos fatores, já que nem todos os usuários on-line

têm a capacidade de combater a desinformação, empregando recursos para verificar a precisão e credibilidade de informações relacionadas à saúde, de forma que, em meio a crises e desastres, o papel das agências oficiais de saúde se torna importante, não só para educar o público, mas também eliminar mitos (MALIK *et al.*, 2021).

A estrutura infocomunicacional no Brasil é marcada por uma desigualdade crônica, resultante da realidade econômica nacional, que se acentua com hiatos digitais de aparelhos, de conexão e de literacia, já que um em cada quatro brasileiros não usa a internet (LOPES; BASTOS; BARRETO, 2021; ROTONDO *et al.*, 2020). O meio rural é um exemplo dessa desigualdade, onde, segundo os autores, o acesso infocomunicacional é mais difícil e mais precário. Esse fator amplia a desigualdade no acesso à promoção da saúde existente entre o meio rural e o urbano.

A perspectiva interseccional na Comunicação

A interseccionalidade não é a soma de desigualdades, mas sim a associação de sistemas múltiplos de subordinação e poder, que afeta a vida das mulheres de forma sinérgica (COLLINS, 2017). Autoras feministas brasileiras das décadas de 1970 e 1980, como Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento, já denunciavam a multiplicidade de opressões e seus cruzamentos na vida dos sujeitos historicamente marginalizados, confrontando raça e gênero com as cisões de classe, como as antagonizadas em patroa/patrão e empregada doméstica. Entretanto, essas pensadoras não elaboraram um termo para denominar essa postura teórica (CASEMIRO; SILVA, 2021).

Crenshaw (2002) propôs o uso da interseccionalidade como uma metodologia a ser utilizada para enfrentar as causas e os efeitos da violência contra a mulher nas comunidades negras, pois trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que “fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento”. Dentro desse entendimento pode-se refletir que em várias áreas (escolaridade, saneamento básico, saúde, acesso a tecnologias digitais,

pobreza) a desigualdade é um fator marcante no meio rural, principalmente quando se analisa a realidade da mulher nesses contextos, de maneira que a interseccionalidade é uma abordagem adequada para se pensar a situação das mulheres rurais.

Segundo Crenshaw (2002), a perspectiva interseccional busca perceber as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre os múltiplos eixos de subordinação, visto que as desvantagens interagem com vulnerabilidades preexistentes, produzindo uma dimensão diferente do desempoderamento. A pesquisa com essa abordagem faz outras perguntas aos fenômenos que historicamente têm sido estudados numa perspectiva neutra e imparcial, trazendo para o debate as lógicas de opressão e as condições de subjetivação, complexificando suas análises e perspectivas (COLLINS, 2017).

A raça se apresenta como um conceito marcador de desigualdade devido à hegemonia da história ocidental e universalista, impulsionadora da ideia de que os negros (pretos e pardos, conforme IBGE) são inferiores e escravos por natureza, de forma que a estipulação dessa categoria visa naturalizar mais um tipo de dominação (NASCIMENTO, 1982). A classificação por raça não se dá por razões científicas, mas sim sociais, e para Filgueira e Silva (2019), essa “invenção ocidental culminou na abertura dos binarismos (branco e preto, branco e índio, civilizado e selvagem, colonizador e colonizado) que calcificaram a estrutura moderna de exploração do trabalho, propiciando a dominação determinada pela cor da pele”, o que entendemos por racismo.

As consequências de um processo que importou uma população e a escravizou por quase quatro séculos, não havendo indenizações nem acesso à terra como reparação, resultaram numa pobreza que tem cor, como afirma Sueli Carneiro (2011). O sistema capitalista, ao perpetuar essas condições, beneficia-se dessa exploração tendo à sua disposição uma mão de obra barata (GONZALEZ; HASENBALG, 1982) e, para que essa engrenagem funcione, precisa estar atrelada à prática da discriminação, o que gerou e gera desigualdades raciais. Nesse sentido, segundo Theodoro (2022), o racismo é a ideologia que assenta as

desigualdades sociais, moldando instituições que contribuem para a naturalização dessas desigualdades, o que permite que um país como o Brasil cresça e se desenvolva mantendo à margem boa parte da sua população negra.

De acordo com Gomes (2020), no Brasil, a população branca recebe maiores rendimentos independentemente do nível de instrução e os negros representam 75,2% da parcela da população com os menores ganhos. Além disso, a população de cor preta ou parda situa-se, em maior proporção, abaixo da linha de pobreza, e reside em domicílios com piores condições de moradia e com menos acesso a bens e serviços que a população de cor branca (IBGE, 2019). Como consequência, em meia à pandemia do novo coronavírus, os problemas de saúde entre as mulheres negras foram amplificados devido a posições de desvantagem no seio das famílias, profissões e instituições de saúde (PIRTLE; WRIGHT, 2021).

No caso das mulheres rurais, a encruzilhada dos marcadores sociais ainda é fortemente perpassada pela dinâmica e constante negociação entre sexo e geração, principalmente devido ao êxodo rural de jovens, de forma que as mulheres que mais trabalham na roça ainda são as mais velhas, mesmo recebendo aposentadoria (GERMINIANI; LORETO, 2017).

O território também pode ser considerado um importante marcador social. Para Santos e Silveira (2001), o território representa a extensão apropriada e usada, concebendo desde a implantação de infraestruturas ao dinamismo da economia e da sociedade, incluindo os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, a legislação civil, fiscal e financeira, e o alcance e a extensão da cidadania. Compreende-se, então, que o território não é o espaço, mas uma produção derivada da sua apropriação, de modo que o território é um espaço transformado pelo trabalho ali contido, delineado por estratégias de organização e controle do mesmo. Sendo assim, essa apropriação não é uma ocorrência natural, mas um dado concreto da luta dos homens pela sua sobrevivência (RAFFESTIN, 1993).

O território pode estar articulado a movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um movimento social camponês fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil, e tem como objetivo realizar a reforma agrária, praticar a produção de alimentos ecológicos e melhorar as condições de vida no campo. Foi fundado em 1984, quando trabalhadores rurais, que protagonizaram lutas pela democracia da terra e da sociedade, reuniram-se no 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, na cidade de Cascavel, no Paraná, decidindo que a ocupação de terra seria adotada como forma de luta (CALDART, 2001).

Aspectos Metodológicos

Para cumprir com o objetivo geral desta pesquisa, que tem caráter exploratório e aspectos qualitativos, e partindo da heterogeneidade existente no meio rural, que se multiplica pelas diversas intersecções de diferentes marcadores de desigualdade (CRENSHAW, 2002), este estudo busca levar em conta a pluralidade das mulheres rurais.

Lançou-se mão de entrevistas semiestruturadas com 20 mulheres rurais da Zona da Mata de Minas Gerais, de 18 a 73 anos, dez residentes no bairro Palmital (Viçosa-MG) e dez no Assentamento do MST Olga Benário, em Visconde do Rio Branco (MG). Para garantir a privacidade de cada participante, seus nomes foram protegidos e substituídos por codinomes, entre os quais designou-se a letra “P” para moradoras do bairro Palmital e “O” para as assentadas do Olga Benário. Sendo assim, no grupo das residentes do bairro Palmital, tem-se as participantes P1 a P10, e entre as moradoras do assentamento do MST estudado, tem-se as participantes de O1 a O10. Para ratificar a perspectiva interseccional, cada codinome é acrescido de dados sobre cor e idade das participantes.

Os dados foram tratados por meio de análise do conteúdo (BARDIN, 1977), de forma manual. Essa etapa foi realizada por uma perspectiva interseccional, ou seja, pela análise crítica dos marcadores sociais de desigualdades sobre os fenômenos estudados (DÍAZ-BENÍTEZ; MATOS, 2019). Para uma análise qualitativa interseccional é necessário

primeiramente definir as categorias, examinando quais eixos de diversidade estão incluídos e excluídos, e buscar o papel desempenhado por elas na desigualdade, analisando quais interseções e processos são mais significativos em um determinado contexto (HUNTING, 2014). Desse modo, trilhando um caminho que ainda está em construção no campo das metodologias interseccionais, buscou-se sistematizar resultados, na medida do possível, dentro de quadros que foram elaborados e denominados “Quadros de Perspectiva Interseccional”. Esses quadros intentam apresentar articulações entre os marcadores raça, território e faixa etária com diferentes variáveis e objetivam deixar visíveis algumas iniquidades que precisam estar expostas para serem compreendidas.

Resultados e Discussões

Apresentamos abaixo, na forma de Quadro (01), os dados sobre os perfis das mulheres participantes desta pesquisa

Tabela 1. Descrição do grupo de participantes da zona rural da microrregião de Viçosa e do Assentamento Olga Benário.

Participante	Idade	Cor	Escolaridade ²	Renda mensal familiar (em salário mínimo)
P1	42	Preta	Nunca frequentou	1 e 1/2 salário
P2	26	Parda	Graduação incompleta	2 salários
P3	73	Parda	Ensino Fundamental I	2 salários
P4	37	Branca	Ensino Fundamental II	2 salários
P5	44	Branca	Ensino Fundamental I	2 salários
P6	46	Preta	Ensino Fundamental I	1 salário
P7	58	Branca	Ensino Fundamental II	1 e ½ salário
P8	50	Preta	Ensino Fundamental I	2 salários

2 No Brasil, a Educação Básica compreende a Educação Infantil (de 0 a 5 anos), o Ensino Fundamental I (de 6 a 10 anos), o Ensino Fundamental II (de 11 a 14 anos) e o Ensino Médio (de 15 a 17 anos). A Educação Superior é composta de Graduação e Pós-graduação.

Tabela 1. Continuação.

Participante	Idade	Cor	Escolaridade ²	Renda mensal familiar (em salário mínimo)
P9	61	Branca	Ensino Fundamental I	2 salários
P10	38	Parda	Ensino médio incompleto	2 salários
O1	38	Parda	Ensino Médio	½ salário
O2	28	Parda	Ensino Fundamental II	1 salário
O3	43	Parda	Ensino Médio	½ salário
O4	38	Parda	Ensino Fundamental II	3 salários
O5	39	Parda	Ensino Fundamental I	2 salários
O6	30	Branca	Ensino Médio	1 salário
O7	60	Parda	Ensino Fundamental I	2 salários
O8	26	Parda	Graduação Incompleta	2 salários
O9	62	Parda	Ensino Médio	1 ½ salário
O10	18	Preta	Ensino Médio	1 salário

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa.

De acordo com os dados acima, 15 participantes se consideram negras (pretas e pardas) e cinco brancas. Quanto à renda familiar, dez participantes (50%) afirmaram que mensalmente vivem com dois salários mínimos³, três (15%) com um salário e meio, quatro (20%) com um salário, duas (10%) vivem apenas com meio salário e apenas uma entrevistada disse que sua família ganha três salários ao mês. Deve-se considerar que as famílias das participantes têm uma média de 3,65 moradores por casa, variando entre dois e cinco membros, o que, dentro do contexto de inflação em que se encontrava o Brasil (o índice acumulado nos 12 meses de 2020 foi de 5,02%), permite inferir que a renda é pouca. Entre as participantes, apenas seis (30%) afirmaram estar inscritas nos programas de transferência de renda do Governo Federal.

A expressiva maioria de mulheres negras (75%) no campo pesquisado, que vivem com pouca renda, retrata uma sociedade extremamente

3 O salário mínimo no Brasil em 2020 era de R\$ 1.039,00, equivalente a US\$ 202,50.

desigual, na qual negros têm sido historicamente marginalizados e excluídos. Sendo assim, de acordo com Theodoro (2022), essa desigualdade extrema e persistente produz assimetrias na ocupação dos espaços, que acarretam outras desigualdades sociais, sempre em desfavor do grupo discriminado.

Os níveis de escolaridade das participantes são variados, desde mulheres (duas) que estão cursando a graduação em uma universidade pública e federal até aquela (uma) que nunca frequentou uma escola (Participante P1). Nesse ínterim, sete participantes estudaram até o Ensino Fundamental I, quatro até o Ensino Fundamental II, cinco completaram o Ensino Médio e uma tem o Ensino Médio Incompleto. Para compreender a baixa escolaridade de algumas participantes, é importante levar em conta as dificuldades enfrentadas por muitos moradores de áreas rurais para frequentar escolas, como as distâncias e dificuldades com transportes, aliadas a uma rotina de trabalhos pesada. Vale destacar que a única participante analfabeta é negra, o que se alinha aos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad). Segundo a Pnad (IBGE, 2019), o analfabetismo entre negros é quase o triplo do que entre brancos.

Como os protocolos de combate ao novo coronavírus demandavam distanciamento social, as participantes foram perguntadas sobre como se informaram sobre os riscos da covid-19, na primeira fase da pandemia (2020), quando ainda não havia a vacina para essa imunização. Os dados foram organizados em um quadro para facilitar a visualização das participantes que lançaram mão (ou não) de TIC para acessar a Comunicação de Risco da covid-19. Esses dados foram articulados conjuntamente com marcadores de desigualdade, aqui destacados: raça, território e faixa etária. Essa perspectiva analítica vem ao encontro dos objetivos desta pesquisa, buscando compreender a influência desses marcadores na concepção e incorporação dos riscos da covid-19 enfrentados pelas mulheres rurais.

Para isso, buscamos compreender, conforme Quadro 2, esta influência no acesso à CR por meio de TIC. Destaca-se que cada símbolo de *wi-fi* abaixo representa uma das participantes, divididas por raça.

Quadro 2 - Participante e Internet no acesso à CR da covid-19

PARTICIPANTES QUE RECORRERAM À INTERNET EM BUSCA DE INFORMAÇÕES SOBRE A COVID-19

FAIXA ETÁRIA	BAIRRO PALMITAL	OLGA BENÁRIO	LEGENDA:
Menos de 30 anos			Negras
Entre 31 e 40 anos			Negras não acessou a internet
Entre 41 e 50 anos			Branças
Entre 51 e 60 anos			Branças não acessou a internet
Mais de 61 anos			

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa.

A partir do Quadro 2, fica evidente a maior incidência de uso de TIC para CR de covid-19 no assentamento Olga Benário, salvo pela participante mais idosa. O território se apresenta como um marcador de destaque nessa abordagem e pode-se inferir que um dos fatores que fizeram com que as mulheres assentadas tenham feito uso de TIC para se informar foi um território articulado a um movimento social que possibilitou diferentes sociabilidades e conexões.

Além disso, o MST promoveu campanhas digitais de CR da covid-19, o que, na ausência do poder público, serviu como pilar informacional, além de estimular o acesso à TIC. Importante destacar que movimentos populares no Brasil encararam um desafio no tocante a desenvolver ações de comunicação criativas em seus territórios para ajudar a orientar e proteger suas populações durante a pandemia (SUZINA, 2022).

Entre as participantes que consultaram a internet como fonte principal, tem-se O10 (preta, 18 anos), moradora do Olga Benário, que acessava o Google para se informar, e O2 (parda, 28 anos), também

assentada, que utilizava o WhatsApp porque o MST promoveu uma vasta comunicação sobre a covid-19, que foi disseminada por grupos desse aplicativo. A participante O2 ainda esclareceu que o MST realizou *lives* e vídeos no YouTube (conforme a figura a seguir) sobre o novo coronavírus e, para facilitar, transformava esses conteúdos em áudios, por serem dados mais fáceis e leves para compartilhamento, com vistas à disseminação através dos grupos de WhatsApp.

Na faixa etária mais avançada (acima de 61 anos), nenhuma participante recorreu à internet em busca dessa comunicação, o que destaca mais o marcador “idade” do que “território”. A participante P9 (branca, 61 anos) afirmou que “o rádio e a televisão foram mais importantes” e, para O9 (parda, 62 anos), “a internet não teve nenhuma importância, porque ouvia tudo no rádio”. O marcador “idade” também pode ser percebido interseccionado à raça, pois entre as participantes brancas, a não ser pela mais velha (acima de 61 anos), todas fizeram uso de internet para acessar CR da covid-19.

Entre as participantes negras que moram no bairro Palmital, apenas a mais jovem, que é universitária, recorreu às TIC para se informar sobre a CR da covid-19. Outras quatro moradoras negras, entre 30 e 50 anos, preferiram os meios de comunicação de massa ou informação de familiares. Nesse ponto percebe-se a raça como um importante marcador de desigualdade, pois as mulheres negras que não tiveram o suporte do MST para o conhecimento sobre o enfrentamento à pandemia não tiveram autonomia (ou interesse) para buscar informações mais aprofundadas ou que não estivessem disponíveis nos meios de comunicação de massa, que disseminam informações mais genéricas.

Considerações Gerais

Durante o período de isolamento social imposto pelos protocolos de enfrentamento do SARS-CoV-2, diversas práticas foram alteradas, inclusive as comunicacionais. O acesso às tecnologias de informação fez-se fundamental para se consumir o conteúdo de comunicação sobre a proteção contra o novo coronavírus, devido ao isolamento social.

Além disso, o cuidado exigiu mais de quem o exercia, pois, por ser uma circunstância inédita, foi preciso se acostumar com novos hábitos, como usar máscara, não abraçar os outros, não espirrar perto dos outros, entre muitas outras coisas.

Cada uma dessas mulheres está posicionada em um ponto interseccionado por diversos marcadores de desigualdades. Para além de um resultado das somas ou produto das multiplicações entre essas interações, o que temos com a sobreposição de marcadores é um lugar único, ocupado por cada mulher rural participante. Sendo assim, apesar de todas as participantes serem mulheres e morarem no meio rural, algumas diferenças comprometeram a capacidade de se proteger de situações de risco na pandemia.

Acerca desses marcadores de opressão, alguns pontos ainda devem ser considerados. O marcador raça, que tem historicamente sido associado à discriminação, incide em quadros de menor acesso à promoção de saúde, como índices inadequados de saneamento básico e taxas mais altas de doenças crônicas, além de menor acesso à TIC, apresentada como importante ferramenta de comunicação em saúde. O marcador etário se fez presente, haja vista que o mesmo limita acessos e estratégias de comunicação, em especial no que envolve tecnologia. Já no tocante ao marcador território, o rural como um todo é assolado por desigualdades estruturais, entretanto apresenta nuances que impactam diferentemente sua população. Ao comparar o território relativo ao bairro Palmital e o Assentamento Olga Benário, nota-se que, quando o território se constitui um espaço transformado por estratégias de organização social, novas perspectivas podem surgir, especialmente na busca de soluções coletivas. A apropriação do WhatsApp pelo MST para comunicar o risco da pandemia descortina possibilidades de ações voltadas à promoção da cidadania para um meio rural que necessita estar cada vez mais conectado.

Referências

- ABRAMS, E. M.; GREENHAWT, M. Risk Communication During COVID-19. *Journal of Allergy and Clinical Immunology: In Practice*, v. 8, n. 6, p. 1791-1794, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jaip.2020.04.012>. Acesso em: 12 maio 2022.
- ARAÚJO, I. S.; CARDOSO, J. M. Comunicação e Saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014.
- BRASIL. Portaria MEC n. 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Brasília, DF, 18 mar. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 22 mar. 2023.
- CALDART, Roseli Salet. O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a16.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2021.
- CAPONI, S. Covid-19 no Brasil: Entre o negacionismo e a razão neoliberal. *Estudos Avançados*, v. 34, n. 99, p. 209-224, 2020.
- CARNEIRO, S. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CASEMIRO, D. M. F.; SILVA, N. L. Teorias interseccionais brasileiras: precoces e inominadas. *Revista de Ciências do Estado, Belo Horizonte*, v. 6, n. 2, p. 1-28, 2021. DOI: 10.35699/2525-8036.2021.33357. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revice/article/view/e33357>. Acesso em: 5 ago. 2022.
- COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo*, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>. Acesso em: 11 jan. 2021.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 06 jan. 2022.
- DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira; MATTOS, Amana. Interseccionalidade: zonas de problematização e questões metodológicas. *Metodologia e Relações Internacionais: Debates Contemporâneos*, v. 2, p. 1, 2019. Disponível em: [http://www.editora.puc-rio.br/media/Metodologias_e_RI_volume-2%20\(1\).pdf#page=68](http://www.editora.puc-rio.br/media/Metodologias_e_RI_volume-2%20(1).pdf#page=68). Acesso em: 04 jan. 2021.
- FILGUEIRA, Andrea; SILVA, Mary A. Afrocentricidade, quilombismo e colonialidade do poder: saberes insurgentes nas textualidades de Abdias do Nascimento e Aníbal Quijano. *Dossiê Africanidades Brasileiras. Revista Temporis[ação]*, v. 19, n. 2, p. 17, 2019. ISSN 2317-5516.
- GERMINIANI, Haudrey; LORETO, Maria das Dores Saraiva. Mulheres rurais e trabalho: (Re) articulação dos marcadores sociais da diferença. I Seminário Nacional Família e Políticas Sociais no Brasil. GT Família, Geração e Trabalho. Departamento de Economia Doméstica, UFV. 2017. Disponível em: <http://www.ppped.ufv.br/>

- seminariofamiliapoliticassociais/wp-content/uploads/Mulheres-rurais-e-trabalho-Re-articula%C3%A7%C3%A3o-dos-marcadores-sociais-da-diferen%C3%A7a.pdf
- GOMES, N. L. A questão racial e o novo coronavírus (1–8). Ed. Friedrich-Ebert- Stiftung, Brasil. 2020. ISBN 978-65-87504-02-5.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. Lugar de negro. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.
- GRAMACHO, W. G.; TURGEON, M. When politics collides with public health: COVID-19 vaccine country of origin and vaccination acceptance in Brazil. *Vaccine*, v. 39, n. 19, p. 2608-2612, 2021.
- HUNTING, Gemma. Intersectionality-informed Qualitative Research: A Primer. The Institute for Intersectionality Research & Policy, SFU. 2014 ISBN: 978-0-86491-357-92014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário 2017: agricultura familiar, v. 7, p.1-108. IBGE/SIDRA Rio de Janeiro 2018. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf. Acesso em: 10 out. 2020.
- _____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - PNADC/A. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, 2019 <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas>
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Economia dos cuidados: marco teórico-conceitual. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro, 2016.
- KASPERSON, R. E. et al. The social amplification of risk: A conceptual framework. *The Perception of Risk*, v. 8, n. 2, p. 232-245, 2016.
- LOPES, I.; BASTOS, M.; BARRETO, H. Desiguais e desconectados: a exclusão Informativa no Brasil. Clacso, 2021.
- MALIK, A.; KHAN, M. L.; QUAN-HAASE, A. Public health agencies outreach through Instagram during the COVID-19 pandemic: Crisis and Emergency Risk Communication perspective. *International Journal of Disaster Risk Reduction*, 61, 102346, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ijdr.2021.102346>
- NASCIMENTO, Abdias do. O negro revoltado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- OLIVEIRA Maria, MORAES Jéssica. Práticas populares de saúde e a saúde da mulher. *Rev. APS*, v. 13, n. 4, p. 412-420. Juiz de Fora, out./dez. 2010.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Comunicação de riscos em emergências de saúde pública: um guia da OMS para políticas e práticas em comunicação de risco de emergência. Genebra: WHO, 2018.
- ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE (OPAS). Pandemia de Covid-19 na região das Américas. 58º Conselho Diretor 72ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas. CD58/6. Sessão virtual, 28 e 29 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/documentos/cd586-pandemia-covid-19-na-regiao-das-americas>
- PIRTLE, W.; WRIGHT, T. Structural gendered racism revealed in pandemic times intersectional Approaches to Understanding Race and Gender Health Inequities in COVID-19. *Gender & Society*, v. 35, n. 2, p. 168-179, 2021. DOI: 10.1177/08912432211001302.

- RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.
- RECUERO, Raquel; SOARES, Felipe. O Discurso Desinformativo sobre a Cura do COVID-19 no Twitter: Estudo de caso. Preprint. E-Compós, 2020.
- ROTONDI, V.; FRANCESCO, B.; PESANDO, L.; KASHYAP, R. Desigualdade digital e de gênero na América Latina e Caribe. 2020. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/handle/11324/12489>
- SANTOS, M.; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 5ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2001. 473 p.
- SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA (SOF). Sem parar o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. 2020. Disponível em: mulheresnapandemia.sof.org.br. Acesso em: 16 jun. 2021.
- SOARES, F. B. et al. Cloroquina e desinformação sobre Covid-19 na mídia social do Brasil. In: MARTINS, ANA TAÍS; FREITAS, C. (Ed.). Pesquisas comunicacionais em interface com arte, tecnologia, religião, meio ambiente. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. p. 474.
- SODRÉ, F. Epidemia de Covid-19: questões críticas para a gestão da saúde pública no Brasil. Trabalho, Educação e Saúde, v. 18, n. 3, 2020.
- SORIANO, É.; HOFFMANN, W. A. M. A informação e o conhecimento no contexto da comunicação dos riscos de desastres naturais. Caderno Prudentino de Geografia, p. 110-123, 2015.
- STEVANIM, L. F.; MURTINHO, R. Direito à comunicação e saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021.
- SUZINA, A. C. A comunicação popular e comunitária face à pandemia e às mudanças climáticas. In: Reivindicar el cambio: comunicación popular, comunitaria y ciudadanía en América Latina / - 1ª ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Huvaití Ediciones, 2022. ISBN 978-987-48620-2-0
- THEODORO, Mário. A sociedade desigual. Rio de Janeiro: Schwarcz, 2022.

Sobre autores

Daniela de Ulysséa Leal - Possui graduação em Comunicação Social, MBA em Marketing Estratégico pela UFT (2015), Mestrado (2019) e Doutorado no programa de Extensão Rural no Departamento de Economia Rural (UFV.). Integra o Meios Grupo de Pesquisa: Comunicação, Relações Raciais e Gênero. E-mail: ulysealeal@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7865-3296>

Ivonete da Silva Lopes - Professora adjunta na Universidade Federal de Viçosa (UFV), líder do Meios Grupo de Pesquisa: Comunicação, Relações Raciais e Gênero. Graduada em Comunicação Social/Jornalismo, mestrado e Doutorado em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (2014). E-mail: ivonetelopes@ufv.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5162-4719>

Isadora Moreira Ribeiro – Graduada em Jornalismo (UFOP), Mestrado em Jornalismo - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Doutorado e Pós-doutorado em Extensão Rural - Universidade Federal de Viçosa (UFV); Linhas de pesquisa: Cultura, Políticas Públicas e Comunicação; Jornalismo, Cultura e Sociedade. E-mail: Isadora.m.ribeiro@ufv.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2622-4059>

Data de submissão: 10/01/2024

Data de aceite: 9/08/2024